

Travar a destruição e privatização da EMEF SALVAR A FERROVIA NACIONAL

Como ficou ainda mais claro, **o Governo PS e a Administração da CP e da EMEF estão a preparar um novo desmembramento da EMEF, com a privatização da manutenção e reparação do material circulante da MEDWAY**, através da constituição de um Acordo Complementar de Empresa (ACE) detido maioritariamente pela multinacional MSC (dona da Medway).

Com esta medida **o Governo continua o desastroso caminho** que está a destruir a ferrovia nacional, em vez de realizar a mudança de rumo que a realidade impõe e o PCP e os trabalhadores há muito reclamam!

Como já várias vezes demonstrámos, **é completamente falsa a tese** do governo e da administração de que esta privatização é uma inevitabilidade face aos constrangimentos legais.

Desde logo, porque as leis são feitas na Assembleia da República, e o PS sabe que pode contar com o apoio do PCP se quiser mudar as leis para viabilizar a vida às empresas públicas. O facto do PS, também nesta matéria, escolher sistematicamente acordar com o PSD a adopção de leis que dificultam a vida às empresas públicas, é uma sua opção, uma opção errada mas nunca uma inevitabilidade.

Mas mesmo com os actuais (e absurdos) constrangimentos ao funcionamento das empresas públicas, que vão ao ponto de limitar que uma empresa pública (a EMEF) detida a 100% por outra (a CP) possa trabalhar para esta normalmente, o Governo tem outras opções que não são o desmembramento da EMEF e a sua privatização parcial, como aliás o PCP demonstrou no seu projecto de resolução sobre o futuro da EMEF, que o PS (mais uma vez, com o PSD e o CDS) rejeitou na Assembleia da República a 5 de Junho deste ano.

A objecção levantada pelo Tribunal de Contas é o facto da EMEF realizar mais de 20% da sua actividade para empresas externas à CP (mais um absurdo legal inventado para preparar privatizações). Mas **bastaria o Governo proceder à reintegração da EMEF na**

CP para que esse «constrangimento» colocado pelo Tribunal de Contas desaparecesse, passando a existir na ferrovia uma situação similar à que se regista na manutenção TAP. E teria o Governo ainda outras opções, nomeadamente fazendo de novo **crescer a percentagem de trabalho da EMEF para a CP**, por três vias: integrando a Fertagus na CP aproveitando o fim da concessão no próximo ano; revertendo a privatização da CP Carga que implicou a oferta do material circulante (motor e vagões) que era da CP e passou para a multinacional MSC; repondo os níveis de trabalho necessários à frota da CP, fazendo crescer o trabalho da EMEF para a CP e contribuindo para combater o caos que hoje grassa na ferrovia.

Ou seja, nada neste processo é uma inevitabilidade. O que existe é uma opção clara, pré-determinada, de avançar com as privatizações, custe o que custar. E custa muito caro ao país, aos trabalhadores e ao povo português: na ferrovia, nos aeroportos, no correio, na electricidade, na saúde, etc.

Paralelamente, **o Governo precisa de reverter a política de destruição dos recursos humanos da EMEF**, permitindo a contratação dos trabalhadores em falta para que esta possa dar a resposta operacional que o país dela necessita. É um absurdo (para não lhe chamar um crime) que o Governo fale todos os dias de investimentos futuros no sector, mas depois, quando o material circulante da CP falta (também por incapacidade de resposta na reparação) proíba a substituição dos trabalhadores da EMEF que se reformam (mais de 100 no último ano), continue a adiar a entrada dos trabalhadores do PREVPAP e antes aposte tudo na subcontratação e na prestação de serviços.

O PCP apela aos trabalhadores da EMEF, a todos os ferroviários, aos utentes do caminho de ferro e a todo o povo português **para que cresça a luta em defesa da EMEF e do sector ferroviário nacional, e a exigência que o Governo rompa com a política de direita** que há largos anos está a destruir a ferrovia e o país: As privatizações são parte do problema e não uma solução; a redução de trabalhadores nas empresas públicas são outra parte do problema, e não uma solução; a falta de investimento na ferrovia é uma terceira vertente do problema, e não uma solução.

27 Julho 2018

pcp@pcp.pt